

Fluxo e refluxo



Por **REGINALDO S. FERNANDES***

Governo é como feijão, só funciona na panela de pressão

Debater sobre a reação dos movimentos sociais e sindicatos frente às políticas e ações de governo não é nada fácil de compreender. Os movimentos sociais e o movimento sindical são componentes essenciais da dinâmica das lutas sociais, representando os interesses dos trabalhadores em suas relações com os empregadores e o Estado. Dentro desse movimento, é comum observar um fluxo e refluxo, uma alternância entre momentos de força e influência e momentos de enfraquecimento e recuo. Essa oscilação está intimamente ligada à conjuntura política, econômica e social, influenciando diretamente a capacidade dos sindicatos em reivindicar políticas públicas mais favoráveis à sociedade.

É nesse ambiente que percebemos que as greves nas instituições federais de ensino não deveriam ser algo inesperado, pois o ambiente de debates e embates pressupõe diversidade de opiniões. A atualidade requer uma análise cuidadosa, pois os argumentos e questionamentos são válidos.

Desde os acontecimentos do impeachment da presidente Dilma Rousseff, foram seis anos sem que o funcionalismo federal obtivesse a correção salarial frente à inflação, o que teve um impacto significativo nos servidores federais. Os dois governos que se sucederam tiveram como agenda austeridade fiscal, com menos gastos na manutenção do Estado. É como se um estudante recebesse nota zero em uma prova, sugerindo que nada do que fez merecesse reconhecimento, o que não reflete a realidade, especialmente considerando o aumento anual da produtividade nas instituições federais de ensino.

Durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, os programas educacionais sofreram com cortes de recursos sistemáticos, em parte devido à PEC do Teto de Gastos, que limitou os investimentos do governo federal por 20 anos. Especialistas alertaram que essa medida resultaria em cortes significativos nos orçamentos da Educação e da Saúde.

Frente às condições políticas adversas, predomina entre as opiniões a narrativa que sugere que as instituições de ensino federais não se envolveram em lutas políticas durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro e que agora só agora, em pleno governo Lula, iniciaram uma greve, justamente em meio às tensões com os setores da extrema direita e a imensa maioria do legislativo não alinhada com o governo.

Apesar de parecer essa a primeira resposta, é preciso considerarmos a cautela. Vejamos: ainda em 2016, houve uma greve durante o governo de Michel Temer, em reação à PEC do Teto dos Gastos, que foi aprovada pelo parlamento, tornando nossa luta política ineficaz naquele momento. Além disso, não podemos esquecer os protestos estudantis e dos professores universitários em 2019, conhecidos como o “tsunami da educação”.

Houve sim manifestações, que ocorreram ao longo de 2016 até o momento, em diversas datas, sendo a primeira grande mobilização contra o governo de Jair Bolsonaro, ainda devido aos cortes na educação e aos congelamentos na área de

a terra é redonda

ciência e tecnologia, houve uma grande paralisação no ensino, acompanhada de protestos liderados por estudantes e profissionais da educação. Importante também considerar o movimento de luta e proteção sanitária que, a partir de 2020, enfrentamos a epidemia de covid-19, com todas as suas consequências. Nesse momento tivemos que enfrentar não apenas o bolsonarismo, mas a sua truculência e o negacionismo à ciência.

De qualquer forma, seria oportunista continuar nossas reivindicações em um momento em que o país e o mundo estavam lidando com problemas de subsistência e desemprego. Também não é adequado considerar que os trabalhadores e trabalhadoras da educação se acovardaram diante de Jair Bolsonaro e que agora estão se aproveitando de um momento favorável.

Com a vitória de Lula sobre Jair Bolsonaro, esperava-se a implementação das promessas de seu programa de governo. Ele prometia investir em educação de qualidade, fortalecer a educação básica e coordenar ações articuladas entre os diferentes níveis de governo, retomando as metas do Plano Nacional de Educação e revertendo os desmontes do governo anterior. A vitória eleitoral de Lula e a forte pressão das demandas sociais, especialmente em meio à pandemia, resultaram em uma PEC de transição que inicialmente expandiu os gastos em cerca de R\$ 145 bilhões.

O governo Lula foi eleito na composição conhecida como Frente Amplia e Democrática, que traz em seu bojo alianças com a classe política que vão do centro à direita brasileira. É nesta correlação de forças e influência que o governo Lula convive com a necessidade de atingir a meta de déficit zero, e como sabemos, isso tem um custo social significativo. Mas para alcançá-la, o governo precisa aumentar suas receitas e cortar gastos. Desde a implementação da meta de déficit zero promovida pelo Arcabouço Fiscal (novo nome dado para o teto dos gastos), idealizada por Fernando Haddad, tem sido evidente os cortes e bloqueios orçamentários recorrentes na área da Educação.

A atual Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê que as Universidades terão um corte de R\$ 310 milhões em relação ao ano anterior. O mesmo acontece com os Institutos Federais de Educação, que terão um corte de R\$ 30 milhões em 2024. Além disso, os recursos destinados às bolsas de estudo na pós-graduação pela Capes, que foram reajustados em 40% em 2023, sofreram um corte de R\$ 40 milhões em 2024. Mesmo com esse aumento orçamentário, a Capes retorna ao nível de investimento proposto há dez anos, em 2013.

Com as políticas de “ contenção de gastos” adotadas por Michel Temer, Jair Bolsonaro e agora com o governo Lula (embora o diálogo seja melhor), com o objetivo de cumprir as metas estabelecidas nas leis do “Teto de Gastos”, possuem um impacto direto não apenas na infraestrutura e nas políticas sociais do país, mas também no corpo técnico de seus servidores.

Assumidamente inimigo das universidades e avesso ao conhecimento científico, Jair Bolsonaro foi o primeiro presidente em 20 anos a concluir o mandato sem conceder qualquer reajuste salarial ao funcionalismo, isso é inegável. Mais de 1 milhão e 200 mil servidores ativos, inativos e pensionistas viram seus direitos desrespeitados. Isso nos leva a lembrar da “granada no bolso dos servidores”.

Frei Beto, em uma entrevista ao jornal *Brasil de Fato* em abril de 2023, argumentou que há heranças que não devem desaparecer tão cedo. Ele mencionou que na área econômica, a relação com o Banco Central permanece estremecida desde o princípio, e no Congresso, o próprio governo ainda não compreendeu qual é o tamanho de sua base e como poderá atuar para garantir votos importantes em projetos futuros. Para Frei Beto, “Governo é como feijão, só funciona na panela de pressão”.

Frente à precarização acumulada em seis anos, o funcionalismo se vê diante do continuísmo de sempre, na desvalorização do serviço público e das instituições de ensino brasileiras. A greve no funcionalismo federal é necessária e tem seu papel histórico.

***Reginaldo S. Fernandes** é mestre em Cultura e Território pela Universidade Federal do Norte de Tocantins (UFNT).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)

A Terra é Redonda